



OFÍCIO Nº 224/2019-GP

Colorado do Oeste – RO, 4 de junho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor

GERCINO GARCIA SOBRINHO

Vereador Presidente da Câmara Municipal

COLORADO DO OESTE – RO.

Nesta.

Assunto: Projeto de Lei

Senhor Presidente;

Vimos através do presente, encaminhar a essa Augusta Casa de Leis, "PROJETO DE LEI", dispondo sobre a PROIBIÇÃO DO USO DE NARGUILE E/OU ARGUILE EM LOCAL QUE ESPECIFICA, BEM COMO A VENDA DO MESMO E SEUS INSUMOS AOS MENORES DE 18 ANOS DE IDADE NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE – RO.

Atenciosamente,

PALÁCIO DAS PALMEIRAS, 4 DE JUNHO DE 2019.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA Prefeito Municipal





<u>MENSAGEM</u>

Senhores Vereadores,

APRESENTAMOS a essa Augusta Casa de Leis, PROJETO DE LEI, dispondo sobre a PROIBIÇÃO DO USO DE NARGUILE E/OU ARGUILE EM LOCAL QUE ESPECIFICA, BEM COMO A VENDA DO MESMO E SEUS INSUMOS AOS MENORES DE 18 ANOS DE IDADE NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE – RO, para o conhecimento, apreciação, análise e posterior aprovação dos Nobres Edis.

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO, a necessidade da desmistificação da ideia de que o narguilé é inofensivo;

CONSIDERANDO, que o uso do tabaco continua sendo responsável por 90% (noventa por cento) dos casos de câncer no país;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 8.609, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), em seu artigo 243, indica que tanto a utilização quanto o fornecimento, de forma onerosa ou não, de qualquer substância que possa causar dependência física ou química, gera penalidade de detenção, de 02 (dois) anos a 04 (quatro) anos e multa, pois, o menor, está resguardado por Lei ao zelo, manutenção e cuidado do Estado;

CONSIDERANDO, que o fumo utilizado no narguilé contém as mesmas substâncias tóxicas do tabaco, por exemplo, nicotina, alcatrão, monóxido de carbono, que tira o oxigênio das células, e sua fumaça contêm ativos aromatizantes e substâncias nocivas do carvão.

CONSIDERANDO, que o narguilé é mais nocivo para quem aspira, a temperatura queima as células do pulmão e deixando o consumidor do produto mais vulnerável a doenças.

CONSIDERANDO, que o Instituto Nacional do Câncer – INCA, afirma que o uso de narguilé está associado ao desenvolvimento de câncer de pulmão, doenças respiratórias, doenças bucais, infartos, disfunção erétil, entre outros problemas.





CONSIDERANDO, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) esclarece que, além de diversas essências, o preparo para o uso de narguilé apresenta 04 (quatro) vezes mais nicotina, 11 (onze) vezes mais monóxido de carbono e 100 (cem) vezes mais alcatrão do que o cigarro comum.

Pelos motivos supramencionados, esta Administração Municipal conta com a valiosa colaboração de Vossas Excelências, na **Aprovação** do presente **Projeto de Lei** em questão.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS, 4 DE JUNHO DE 2019.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI, DE 4 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE NARGUILE E/OU ARGUILE EM LOCAL QUE ESPECIFICA, BEM COMO A VENDA DO MESMO E SEUS INSUMOS AOS MENORES DE 18 ANOS DE IDADE NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE – RO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e Eu, Sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º - Fica proibido o uso do Narguilé e/ou Arguile em locais públicos abertos ou fechados, bem como a venda do mesmo, essências e complementos para sua utilização aos menores de 18 (dezoito) anos de idade.

Parágrafo Único – Para fins do disposto no *caput* deste artigo, entende-se por locais públicos, ruas e logradouros, além de praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas e suas proximidades num raio de 150 (cento e cinquenta) metros de seu perímetro, bibliotecas, espaços de exposições, estacionamentos de repartições públicas e qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

Art. 2º - Fica proibido o uso do Narguilé e/ou Arguile em locais de uso coletivo privado, total ou parcialmente fechado, onde haja permanência ou circulação de pessoas, bem como a venda do mesmo, essências e complementos para sua utilização aos menores de 18 (dezoito) anos de idade.

Parágrafo Único – Compreendem-se como ambientes de uso coletivo privado, dentre outros, bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas, cinemas, hotéis, supermercados e similares, ambientes de trabalho, cultura, esporte e lazer, áreas comuns de estacionamentos.

- **Art.** 3º Fica autorizado o uso do Narguilé e/ou Arguile em tabacarias e congêneres com ambientes específicos para a prática, ficando vedada a permanência e/ou frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade.
- **Art. 4º** O responsável por local previsto no artigo 3º deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista a conduta coibida, de imediata retirada do local e se necessário, mediante auxílio de força policial.





Parágrafo Único – Os estabelecimentos que comercializam o produto, inclusive o fumo e demais componentes para o seu uso, ficam obrigados a solicitar o documento de identidade que comprove a maioridade do comprador.

- **Art. 5º** Os estabelecimentos que comercializam o Narguilé e/ou Arguile deverão fixar aviso facilmente visualizável quanto à proibição do uso em locais públicos ou de concentração e aglomeração de pessoas, bem como sobre a proibição da venda a menores de 18 (dezoito) anos de idade.
- **Art. 6°** Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente ECA), o descumprimento desta Lei sujeitará os infratores as seguintes sanções:
- I apreensão e guarda do aparelho de Narguilé e/ou Arguile, pela autoridade competente, sendo que a devolução do mesmo aos infratores ficará sujeita ao pagamento integral da multa de que trata o inciso
 II deste artigo.
- II multa de 05 (cinco) Unidades Padrão Fiscal UPF vigente do Município aos que infringirem a proibição estabelecida no artigo 1º desta Lei.
- III multa de 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal UPF vigente do Município para reincidência;
- **IV** multa de 20 (vinte) Unidades Padrão Fiscal UPF vigente do Município aos estabelecimentos de que trata o artigo 3°, que descumprirem a proibição de venda a menores de 18 (dezoito) anos de idade;
- **V** em caso de reincidência do disposto no inciso anterior, aplica-se multa de 50 (cinquenta) Unidades Padrão Fiscal UPF vigente do Município e a sanção de cassação do alvará de funcionamento.
- Parágrafo Único O não cumprimento do disposto no inciso I no prazo de 90 (noventa) dias implicará na destruição dos bens apreendidos que deverá ser executada na presença da autoridade sanitária.
- **Art. 7º** O Conselho Tutelar será comunicado em qualquer tempo acerca de menores de idade flagrados em locais público ou privado fazendo o indevido uso do Narguilé e/ou Arguile.
 - Art. 8º O proprietário do estabelecimento comercial poderá ser responsabilizado no





caso de não levar ao conhecimento do Conselho Tutelar ou outra autoridade competente acerca do descumprimento desta Lei.

- **Art. 9º** A fiscalização e aplicação das sanções pelo descumprimento desta Lei, bem como as demais questões pertinentes a esta Lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo em até 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.
- Art. 10 Fica instituída a Campanha Permanente sobre os Malefícios do Uso do Cachimbo do Tipo Narguilé no Município de Colorado do Oeste RO.
- **Art.** 11 A campanha terá por finalidade informar, sensibilizar e conscientizar a sociedade, principalmente adolescentes e jovens, quanto aos malefícios causados pelo uso do cachimbo do Tipo Narguilé ou assemelhados.
- **Art. 12** Para os fins desta Lei, o Poder Executivo fica autorizado a promover a realização de ações educativas junto à população em geral, inclusive nos estabelecimentos das redes pública e privada de ensino.
- Art. 13 Caberá ao Poder Executivo regulamentar a forma de participação das Secretarias Municipais, em cooperação com o Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na coordenação e realização dos eventos da Campanha sobre os Malefícios do uso do Cachimbo do Tipo Narguilé.
- **Art. 14** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais envolvidas, sendo suplementadas, se necessário.
 - **Art. 15** Esta **Lei** entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS, 4 DE JUNHO DE 2019.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA Prefeito Municipal